

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)

IDENTIDADE E AUTODESCOBERTA: A RELAÇÃO DE IÑE-E E JOSEFA EM *O SOM DO RUGIDO DA ONÇA*, DE MICHELINY VERUNSCHK

Francisca Maria Silva Lopes¹
Larissa Costa da Mata²

RESUMO

No romance *O som do rugido da onça* (2021), Micheliny Verunschik resgata memórias e vozes dos povos originários silenciadas pela colonização. A autora, natural de Pernambuco, constrói com sua obra um diálogo entre questões históricas, ligadas à maneira como os indígenas eram vistos pelos europeus, e contemporâneas, utilizando uma linguagem poética e análises críticas. A narrativa acompanha a história de Iñe-e, uma criança da etnia miranha levada à Europa no século XIX, cuja identidade está profundamente ligada à onça, figura central da narrativa. Este trabalho analisa como essa relação entre Iñe-e e o encantado transcende o tempo e ressurge na jornada de Josefa na contemporaneidade, uma jovem em busca de suas origens indígenas, por meio de aproximações entre as duas personagens. O rugido da onça simboliza um chamado ancestral, atravessando gerações e promovendo a reconexão identitária. Como referencial teórico, utilizamos Ailton Krenak (2019) para discutir a cosmologia indígena e a interligação entre humanos e natureza, Márcio Goldman (2015) para refletir sobre a possibilidade de escapar dos sistemas majoritários de dominação, e Michel Foucault (1978), quem analisa como as estruturas de poder moldam a memória coletiva, determinando quais histórias são preservadas ou silenciadas. Dessa forma, este estudo evidencia como *O som do rugido da onça* não apenas resgata memórias dos povos indígenas silenciadas pela colonização, mas também propõe uma reflexão sobre identidade e resistência. Através da relação entre Iñe-e e a onça, bem como da jornada de autodescoberta de Josefa, a obra demonstra como a memória coletiva e individual pode ser um instrumento de luta contra o apagamento histórico. Ao articular literatura, cosmologia indígena e teoria crítica, a análise reafirma a importância de reconhecer e valorizar as vozes indígenas na construção de narrativas que questionam as estruturas de poder e promovem novas formas de pertencimento e identidade.

Palavras-chave: Literatura Brasileira contemporânea; Povos originários; resistência; memória; *O som do rugido da onça*.

¹ Graduanda em Letras Português pela Universidade Federal Rural do Semi-árido no Departamento de Linguagens e Ciências Humanas do Centro Multidisciplinar de Caraúbas.

² Doutora em Programa de Pós Graduação em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (2013). Coordenadora do Curso de Letras Português da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil (2025).

1. Introdução: Micheline Verunschik e a literatura contemporânea

A literatura brasileira contemporânea reflete a diversidade do Brasil e constitui um espaço de resgate e resistência cultural, especialmente quando aborda narrativas de povos historicamente apagados. A literatura brasileira, ao longo da história, não só possui uma presença escassa e, por vezes, estereotipada de personagens indígenas, negros e de outras minorias, como também deu atenção limitada à literatura de autoria dos grupos minoritários. No caso dos povos indígenas, essa representação muitas vezes se resume a estereótipos amplos, ora retratando-os de forma idealizada e passiva, ora como uma ameaça à civilização. A obra *O som do rugido da onça* (2021), a qual analisaremos neste artigo, rompe com esse padrão, ao apresentar personagens mais complexos, que evidenciam a diversidade das vivências indígenas e questionam essas visões limitadas.

Dessa forma, tem se destacado como um campo fértil de reflexão e representação da multiplicidade cultural do país. Em meio às constantes transformações sociais e políticas, a literatura tem abraçado temas como identidade cultural, memória e resistência, oferecendo aos leitores um espaço para repensar o passado e reimaginar o futuro. Nesse sentido, a literatura contemporânea também dialoga com grupos marginalizados, como indígenas, negros e mulheres, ampliando a discussão sobre exclusão e representatividade. Como aponta Regina Dalcastagnè:

São essas vozes, que se encontram nas margens do campo literário, essas vozes cuja legitimidade para produzir literatura é permanentemente posta em questão, que tensionam, com a sua presença, nosso entendimento do que é (ou deve ser) o literário. É preciso aproveitar esse momento para refletir sobre nossos critérios de valoração, entender de onde eles vêm, por que se mantêm de pé, a que e a quem servem... (Dalcastagnè, 2012, p. 16).

A pesquisadora e crítica literária observa que a literatura brasileira deu pouco espaço a personagens desses grupos como protagonistas historicamente³ e, quando os incluiu, muitas vezes o fez sob uma ótica externa e distorcida. Em seu estudo sobre o perfil da literatura brasileira contemporânea, Dalcastagnè analisa como diferentes grupos foram sistematicamente deixados à margem das narrativas, seja por questões sociais, seja pela perpetuação de violências simbólicas e estruturais.

³ Como exemplificado por Regina Dalcastagnè em seu ensaio, “Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais” (2012), os protagonistas das narrativas predominantes são, em sua maioria, homens brancos, de classe média e urbanos, enquanto personagens indígenas, negros e periféricos aparecem de forma secundária ou estereotipada.

Nesse contexto, a literatura indígena contemporânea se destaca como um dos principais movimentos de revisão das narrativas históricas, trazendo para o centro literário vozes que, por séculos, foram silenciadas ou partiram de sujeitos representados de maneira estereotipada. Os povos indígenas, historicamente marginalizados, têm utilizado da literatura como uma poderosa ferramenta para romper o silêncio imposto pela colonização e pelo contínuo apagamento de suas culturas, histórias e tradições. Escritores como Graça Graúna, Eliane Potiguara, Daniel Munduruku e Ailton Krenak representam vozes que articulam a ancestralidade, a espiritualidade e a cosmologia indígena em diálogo com a sociedade contemporânea. Essa produção literária não é apenas um ato de criação, mas também um movimento político e cultural que busca reafirmar a existência e o protagonismo dos povos indígenas em um país em que a história deles foi frequentemente perpassada pelo esquecimento.

Nesse cenário de crescente valorização da literatura e das culturas indígenas, a obra *O som do rugido da onça* (2021), da escritora pernambucana Micheliny Verunschik (1972), ocupa um lugar especial. No caso da autora em questão, o olhar não parte de uma perspectiva indígena, mas de uma análise crítica sobre como os povos originários foram representados ao longo da história. Como mencionamos, o romance desconstrói as imagens idealizadas e estereótipos construídos desde o período colonial e repensa as formas como essas narrativas continuam a influenciar a literatura e o imaginário brasileiros. O livro é dividido em três partes, enumeradas, mas sem título. A narrativa não segue uma ordem cronológica, pois alterna diferentes tempos e perspectivas, entrelaçando o passado e o presente de modo a evidenciar a continuidade histórica da violência contra os povos indígenas. O uso de múltiplas vozes, que se alternam com a do narrador em terceira pessoa, constrói um percurso narrativo que aproxima o leitor da experiência de deslocamento e reencontro vivido pelos personagens.

A narrativa acompanha a história de Iñe-e, uma criança miranha⁴ levada à Europa no século XIX, junto a outras crianças indígenas, entre elas o menino júri⁵. Destaca-se uma personagem central de nome Josefa, uma mulher do Brasil contemporâneo que tenta compreender suas raízes e sua conexão com a história de Iñe-e. Esse passado remete à violência do processo colonial, ao apagamento cultural dos povos originários e à tentativa de resgatar essas memórias silenciadas. Alternando entre os dois tempos históricos, o romance

⁴ Na história indígena, os miranha são considerados antropófagos e pertencem à família linguística uitoto. Habitam principalmente o Amazonas, concentrando-se ao longo dos rios Solimões e Japurá, com uma população estimada em centenas de pessoas. (Miranha, s/d, s/p).

⁵ O menino da etnia júri, inimigo dos miranha no romance, foi levado por naturalistas europeus e morreu de doenças, tendo sua cabeça preservada em formol, exemplificando a violência e a desumanização impostas aos indígenas. (Costa, 2019).

constrói um diálogo rico e complexo sobre memória, identidade e pertencimento. Além disso, a figura simbólica da onça atravessa a história, funcionando como um elo espiritual e cultural que conecta o ser encantado com as protagonistas e os universos que elas habitam.

Este trabalho adota uma abordagem analítica de *O som do rugido da onça*, de Micheline Verunschik, mostrando a atualização do olhar histórico do romance no contexto contemporâneo. Para isso, busca-se: (1) analisar o processo da perda de identidade da personagem Iñe-e e a sua relação com a onça; (2) compreender o desenvolvimento da autodescoberta de Josefa; (3) investigar a ligação de ambas as personagens através de trechos da narrativa e da discussão teórica; e (4) revisar a perspectiva sobre o indígena no passado colonial à luz da obra de Verunschik, com ênfase em como a narrativa atualiza e reinterpreta esse passado. Como veremos, essa investigação produz um diálogo entre os campos da literatura, da história, da filosofia e dos estudos ambientais, por meio de autores como Janice Thiél, estudiosa da literatura indígena, Ailton Krenak e Evando Nascimento, que fundamentam o pensamento ecológico de que nos valem, e Michel Foucault, que serve como base para a perspectiva da história adotada por este trabalho.

Ao longo desta pesquisa, pretende-se responder à questão central: de que maneira a obra *O som do rugido da onça*, de Micheline Verunschik, articula o passado e o presente, a memória e a identidade cultural, por meio da relação entre as personagens Iñe-e e Josefa? Essa questão norteia a análise ao investigar como o romance constrói uma reflexão sobre o apagamento cultural e a conexão ancestral entre as personagens, utilizando a figura da onça como símbolo de força. A análise dessa questão permite compreender como o romance dialoga com a história e as culturas indígenas brasileiras.

Micheline Verunschik é uma escritora brasileira, natural de Pernambuco, conhecida por sua habilidade em abordar temas complexos como ancestralidade, apagamento histórico, violência e resistência cultural. Poeta, historiadora contemporânea, mestre em Literatura e Crítica Literária, Verunschik também é doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sua produção literária é marcada por um profundo diálogo com questões históricas e sociais, sempre permeadas por uma linguagem poética e por análises críticas. Entre suas obras destacam-se o livro de poemas *Geografia íntima do deserto*: e outras paisagens reunidas (Landy, 2003), finalista do Prêmio Portugal Telecom; e o romance *Nossa Teresa*: vida e morte de uma santa suicida (Patuá, 2014), vencedor do Prêmio São Paulo de Literatura.

O romance *O som do rugido da onça*, nosso objeto de estudo, recebeu os prêmios Jabuti e Oceanos em 2022, consolidando seu reconhecimento pela crítica. Como vimos, a

obra narra a história real de duas crianças indígenas levadas à Europa no século XIX, abordando questões de identidade, colonização e apagamento cultural. Já seu romance mais recente, *Caminhando com os mortos* (Companhia das Letras, 2023), trata da violência causada pela intolerância religiosa, a partir da história de uma mulher queimada viva. Sobre essa obra, Verunschik destaca que “as crenças e suas pluralidades se tornam matéria inflamável para a destruição do outro” (Verunschik, s/p, 2025), reafirmando seu compromisso com fatos históricos e temas difíceis, como o genocídio indígena, a violência colonial e o apagamento histórico de povos originários, trazendo à tona questões fundamentais sobre memória, identidade e resistência, numa tentativa de refletir sobre um futuro livre dos males de origem, os quais entrelaçam as violências que nos formaram e ainda nos formam. Como vemos, seu trabalho transita entre a prosa e a poesia, explorando questões relacionadas à memória, à violência e à resistência, contribuindo igualmente para um debate sobre como a literatura pode ser um espaço de reimaginação do passado, trazendo à tona histórias e vozes que foram esquecidas ou silenciadas.

A obra a que nos dedicaremos nesta pesquisa, *O som do rugido da onça*, se destaca, como mencionado, pela abordagem inovadora de temas históricos. Ao mesclar tempos e realidades distintas das personagens, a autora pernambucana apresenta uma reflexão profunda em sua narrativa, sob o olhar do apagamento cultural e da importância de dar voz às histórias dos povos originários na literatura. Embora não seja uma autora indígena, ela demonstra sensibilidade e cuidado ao tratar de resistência e da cultura indígena. Através de uma escrita cuidadosa, a narrativa busca resgatar as memórias silenciadas ao longo dos séculos, proporcionando a visibilidade das personagens que representam a luta pela identidade na narrativa.

Ademais, a obra de Micheline Verunschik não apenas aborda questões de identidade e memória, mas também dialoga profundamente com os desafios contemporâneos do Antropoceno, um termo que descreve a era geológica marcada pelo impacto significativo das atividades humanas no planeta. Segundo Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), as práticas como o garimpo e a mineração são exemplos desse efeito negativo, representando uma grave ameaça à natureza. Em seu processo criativo, conforme analisado no artigo “A literatura como dispositivo antropocênico: considerações acerca do processo criativo em *Corpos secos*, *A extinção das abelhas* e *Perfeita tecnologia* (2024)”, de Natália Borges Polesso, Micheline utiliza a literatura como um meio de expor os efeitos dessa era sobre o meio ambiente, a cultura e as relações humanas.

Desde a abertura de *O som do rugido da onça*, a autora ressalta a importância dos povos indígenas, descritos como “os primeiros povos da terra”, e evidencia a tentativa histórica do homem branco de apagá-los. Assim, Verunschck constrói uma narrativa que revela o entrelaçamento inseparável entre natureza e sociedade, que dialoga com as reflexões tecidas por Krenak e Polesso, destacando como a destruição ambiental está diretamente ligada à perda das terras, das memórias e das identidades coletivas dos povos originários, que funcionam como alertas para a urgência de mudança.

Como veremos, em *O som do rugido da onça*, Micheliny explora as consequências do Antropoceno ao refletir sobre o impacto da colonização, que não só devastou ecossistemas inteiros, mas também apagou culturas e cosmologias indígenas. Esse apagamento é, no entanto, contraposto pela força da resistência e pela simbologia da natureza na obra, particularmente através da figura da onça, que funciona como um símbolo de conexão ancestral e espiritual com o encantado.

A perspectiva de Verunschck é ampliada em sua reflexão sobre a floresta, discutida no artigo “Floresta é o mundo: o pensamento vegetal” (2021), de Evando Nascimento, no qual o autor aborda a interdependência entre os seres humanos e os sistemas naturais. Ou seja, a floresta não é apenas um espaço físico, mas um verdadeiro universo de saberes, no qual humanos, animais e plantas têm uma relação de troca constante e profunda. É também um espaço de conhecimento ancestral e de linguagem própria, que nem sempre pode ser compreendido pelos humanos.

Por sua vez, para a romancista, a floresta não é apenas um recurso, mas um universo de conhecimento e existência. Essa visão é expressa de forma poética na seguinte passagem: “[...] Tem palavras que só as onças usam e que não é dado a nenhum outro animal dizê-las. Do mesmo modo toda a diversidade de reinos dos bichos e das plantas” (Verunschck, 2021, p. 38). Essa perspectiva enfatiza a importância de reconhecer a conexão entre humanidade e natureza, um lugar onde os saberes e as histórias se manifestam através de múltiplos reinos e seres.

A relação entre o poder, a memória e o apagamento cultural, já evidenciada na simbologia da natureza em *O som do rugido da onça*, também pode ser analisada à luz da filosofia de Michel Foucault, especialmente por meio de sua perspectiva genealógica apresentada no capítulo “Nietzsche, a genealogia e a história”⁶, do livro *Microfísica do poder* (1978). Influenciado pela filosofia de Friedrich Nietzsche, Foucault propõe que as estruturas

⁶ Michel Foucault, em sua análise genealógica influenciada por Nietzsche, propõe uma separação fundamental entre os conceitos da origem, história e poder.

de poder moldam a memória coletiva, reprimindo e selecionando quais histórias devem ser preservadas ou apagadas.

Na obra de Micheliny, essa dinâmica se manifesta no contraste entre a história oficial, marcada pelo apagamento da identidade de Iñe-e e dos povos indígenas, e a resistência das narrativas que buscam resgatar essas memórias silenciadas. Essa relação encontra eco na personagem Josefa, que tem sua trajetória de luta a fim de manter vivas as histórias e experiências apagadas pelo processo das identidades indígenas. Por meio dela, Micheliny não pretende resgatar cosmologias em sua essência, mas questionar como o poder colonial e suas marcas, que repercutem ainda no Antropoceno, moldaram as relações entre natureza, cultura e identidade, reforçando a importância da literatura como ferramenta de resistência e reflexão crítica.

Dessa forma, Micheliny Verunschik posiciona sua literatura como um espaço de resistência não apenas contra o apagamento histórico, mas também contra a destruição do planeta. Ao conectar a destruição ambiental com a perda de culturas e cosmologias indígenas, a autora reforça a urgência de repensarmos nossas relações com o meio ambiente e uns com os outros. A literatura, nesse sentido, conforme aponta Natália Borges Polesso (2024), torna-se um dispositivo “antropocênico” que denuncia as crises contemporâneas ligadas ao clima e ao meio ambiente e propõe novas formas de ver e viver o mundo.

Assim, este trabalho busca não apenas analisar o romance de Micheliny Verunschik, mas também destacar a importância da literatura como um espaço de resignificação e resistência, especialmente em um país marcado por desigualdades históricas e culturais. Por meio da história de Iñe-e e Josefa, o romance convida o leitor a refletir sobre as complexidades da identidade e da memória, ressaltando a necessidade de preservar e valorizar as vozes dos povos originários.

2. O indígena na literatura colonial

Como vimos, a literatura de Micheliny Verunschik se destaca por colaborar para a revisão das narrativas históricas, trazendo para o centro literário vozes que, por séculos, foram silenciadas ou representadas de maneira estereotipada. No entanto, para compreender como isso se dá, é fundamental olhar para o passado e analisar como os povos indígenas foram tradicionalmente retratados na literatura brasileira do período colonial. Em diferentes momentos históricos, a literatura consolidou uma visão estereotipada dos indígenas, ora

idealizando-os como figuras heroicas ou míticas, ora reduzindo-os a um lugar de marginalidade e subalternidade.

No período colonial, os indígenas foram retratados principalmente por cronistas e missionários, como Pero Vaz de Caminha e Padre Antônio Vieira⁷. As descrições presentes em cartas e sermões oscilavam entre duas imagens principais: por um lado, eram vistos como “selvagens” que precisavam ser catequizados e civilizados; por outro, eram representados como figuras ingênuas e puras, associadas à ideia do “bom selvagem”. Seguindo esse viés, estudos como os da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1994) e de Francis Mary da Rosa (2018) demonstram como as construções literárias ajudaram a moldar um imaginário muitas vezes distante da realidade indígena, reforçando preconceitos e invisibilizando suas verdadeiras vozes e experiências.

Por sua vez, a autora Janice Thiél (2012), que foi uma pesquisadora dedicada à literatura indígena, analisou a Carta de Pero Vaz de Caminha a partir de uma perspectiva crítica, evidenciando como os indígenas eram retratados como figuras exóticas e inferiores. Na carta, são descritos como pessoas que andavam com arco e flecha, sem vestimentas, e que não possuíam capacidade intelectual. O valor e o antivalor atribuídos aos povos originários eram marcados por uma visão colonizadora que os representava como selvagens e até mesmo canibais, ou seja, como indivíduos sem conhecimento e sem talento cognitivo para produzir cultura escrita.

Na Carta de Pero Vaz de Caminha, percebe-se claramente essa perspectiva, especialmente na forma como ele descreve os corpos dos indígenas. Caminha refere-se à nudez deles utilizando o termo “vergonhas”, uma visão que reflete a moralidade europeia imposta àquelas sociedades. Em edições posteriores, alguns trechos da carta foram censurados ou adulterados, tornando-a incompleta. A passagem a seguir ilustra essa percepção: “[...] de dois em dois, de três em três, de maneira que quando o batel alcançou a boca do rio já estavam ali 18 ou 20 homens pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas flechas”. (Caminha, 2021, p.64).

Como vimos, no caso de Verunschik, o seu olhar não parte de uma perspectiva indígena, mas de uma análise crítica sobre como os povos originários foram representados ao longo da história. Dessa maneira, desconstrói as imagens idealizadas desde o período colonial

⁷ No “Sermão do Espírito Santo” (1657), Padre Antônio Vieira caracteriza as diferenças entre as nações e outras doutrinas da fé. Ele destaca a metáfora do mármore e da murta para ilustrar a dificuldade da catequização, comparando as estátuas esculpidas nesses materiais: o mármore, por sua dureza e resistência, representa a dificuldade de aprendizagem, enquanto a murta, de fácil manuseio, simboliza um aprendizado mais suave e gracioso.

e repensa as formas como essas narrativas continuam a influenciar a literatura e o imaginário brasileiros.

Assim, a narrativa contrapõe o passado ao presente, ao mesclar expedições de cientistas europeus, registros dessa viagem ao Brasil no século XIX (por meio dos excertos dos diários de Spix), bem como manchetes e trechos de notícias de jornais sobre os indígenas na contemporaneidade. Da mesma forma, as personagens centrais, Iñe-e e Josefa, simbolizam uma conexão temporal, ou seja, enquanto Iñe-e, uma indígena da etnia miranha, para a qual a antropofagia tinha significado espiritual e se ligava a rituais profundos, representa uma identidade em processo de apagamento; Josefa, de descendência indígena, reflete a busca contemporânea pela presença dessa identidade perdida.

Assim, o romance se refere a um episódio histórico, a expedição científica de Johann Baptist von Spix (zoólogo e naturalista) e Carl Friedrich Philipp von Martius⁸ (botânico), enviados pelo rei da Baviera ao Brasil no início do século XIX. A expedição, que percorreu diversas regiões do país entre 1817 e 1820, tinha como objetivo catalogar a fauna, a flora e os costumes locais⁹. No entanto, a presença dos cientistas também simboliza o olhar europeu sobre os povos originários, contribuindo para o apagamento cultural, ou seja, eles tratam os indígenas desconsiderando suas culturas, crenças e identidades próprias. Na narrativa, os indígenas são vistos pelos cientistas como objetos de estudo, desumanizados e transformados em simples registros científicos. Em vez de reconhecê-los como povos com saberes, os naturalistas alimentam a ideia de que sejam “bárbaros” ou “selvagens”. É a partir desse contexto que a personagem Iñe-e simboliza não apenas a experiência de perda de identidade, mas também a força de uma memória ancestral que resiste ao apagamento.

3. A identidade de Iñe-e e sua relação com a onça: o rugido atravessa o tempo

A narrativa de Verunschik não segue uma estrutura linear, ou seja, como foi citado, a autora mescla entre o passado e presente, e é justamente nessa descontinuidade que se abre uma brecha na história, permitindo que vozes silenciadas ressoem trazendo o relato “[...] de como [Iñe-e] permanece em vigilância. De como foi levada mar afora para uma terra de

⁸ No livro, os personagens Spix e Martius são representações ficcionais inspirados nas figuras históricas dos naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, sendo recriados com liberdade artística.

⁹ O livro *Spix e Martius: Relatórios ao Rei* (2018), organizado por Maria de Fátima Costa e Pablo Diener, reúne documentos escritos pelos naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius durante sua expedição pelo Brasil (1817-1820). Esses relatos fornecem informações detalhadas sobre a fauna, a flora e as populações indígenas, evidenciando tanto o olhar científico quanto a visão europeia sobre o território brasileiro no século XIX.

inimigos. E de como, por artes deles, perdeu e também recuperou a sua voz”. (Verunsch, 2021, p. 14). Iñe-e, a protagonista do romance, é uma representação da violência histórica sofrida pelos povos indígenas, mas também um símbolo de resistência, fazendo com que sua história atravessasse o tempo transmitindo luz, como destaca Verunsch:

[...] Tudo eivado de imperfeição, é verdade, mas o que posso fazer senão contar, entre as rachaduras, esta história? Feito planta que rompe a dureza do tijolo, suas raízes caminhando pelo escuro, a força de suas folhas impondo nova paisagem, *essa história procura o sol*. (Verunsch, 2021, p. 15 – grifo nosso)

Esse conceito é aprofundado por Bess (2024), pesquisadora dos estudos literários, que afirma que “contar uma história por entre as rachaduras” representa o desafio de resgatar memórias e narrativas silenciadas pela violência histórica, como é o caso da trajetória de Iñe-e. Trata-se de criar um espaço em meio à escuridão da perda de identidade, cultura e origem, abrindo uma “brecha” que permite transmitir luz e fortalecer a luta pela resistência. Essa fragmentação do discurso histórico possibilita que Iñe-e se torne não apenas uma representação da violência histórica sofrida pelos povos indígenas, mas também um símbolo de resistência. Através da onça, animal com o qual o seu espírito se mescla após a morte, a sua identidade ecoa no tempo, ultrapassando os limites da história oficial para reivindicar uma existência que lhe foi negada.

Antes de ser levada para a Europa, Iñe-e vivia em profunda conexão com a natureza, nas águas do rio Paranáhuezú, – cujo nome ancestral é “Deus que fala todas as línguas” – e sob a proteção da mata. Seu povo, conhecido por suas práticas antropofágicas, via o mundo pelo que podia conceber, ouvir e sentir ao seu redor, desconhecendo tudo o que estava além das margens de sua própria experiência. Ainda na infância, Iñe-e desapareceu da aldeia por horas. Quando finalmente foi encontrada por seus parentes, estava deitada à beira do rio, ao lado de uma enorme onça. Para seu povo, a onça representava o perigo e uma inimiga. No entanto, a relação entre Iñe-e e o animal não era apenas simbólica, mas divina. Como veremos, esse vínculo atravessa o tempo e se torna um dos eixos centrais do romance, pois é por meio dele que a voz de Iñe-e ressurgue e resiste.

Por essa razão, o pai da menina indígena acreditava que o seu contato direto com o felino era um sinal de maldição e que ela “era agora inimiga como a onça”. Dessa forma, a sua trajetória de luta tem início a partir dessa visão do pai, que o motivou a entregá-la aos brancos. Iñe-e é marcada pela violência desde o momento em que seu próprio pai a entrega a dois pesquisadores alemães no século XIX:

O pai de Iñe-e e o estrangeiro, que atendia pelo nome de Martius, firmaram acordo sobre a venda de sete crianças. Mas o homem branco deixaria o porto dos Miranhas levando consigo oito vidas. Iñe-e lhe fora dada como presente. (Verunsch, 2021, p. 22).

O destino de Iñe-e se confunde com o de tantos outros povos originários submetidos à violência da colonização e da ciência imperialista, ao ser levada para a Europa, acompanhada de outras crianças indígenas, entre elas o menino juri, como parte da expedição científica liderada pelo botânico Carl Friedrich Philipp von Martius e pelo zoólogo Johann Baptist von Spix. Consideradas “exóticas”, as crianças são enviadas para o rei Maximiliano I da Baviera, onde perdem seus nomes, identidades e culturas. Além disso, as crianças sofreram a separação forçada de suas famílias e depois foram submetidas a condições degradantes durante a viagem, que envolviam os maus-tratos e a exposição a doenças para as quais não possuíam imunidade; essa jornada exaustiva levava a morte de várias crianças antes mesmo de chegar a Munique.

Durante a viagem, Martius e Spix registravam aspectos da expedição, que ocorreu entre 1817 e 1820, promovida pelo governo português. Tinha como objetivo coletar amostras da fauna, flora e cultura do Brasil, mas, na prática, essas expedições envolveram também a remoção forçada de pessoas indígenas para a Europa, sob a justificativa de estudos antropológicos. Como apontam Costa e Diener (2020), que juntos desenvolvem investigações sobre essas viagens científicas na obra *Spix e Martius: Relatórios ao Rei*, os documentos escritos pelos viajantes revelam não apenas o olhar científico sobre o território brasileiro, mas também a visão eurocêntrica que justificava a exploração colonial.

Nesse sentido, a lógica da dominação colonial insere-se no que Foucault descreve por meio de sua perspectiva genealógica apresentada no capítulo “Nietzsche, a genealogia e a história”, do livro *Microfísica do poder*, como a reprodução incessante de uma mesma peça, na qual “homens dominam outros homens” e é assim que nasce a diferença dos valores.

Em certo sentido, a peça representada nesse teatro sem lugar é sempre a mesma: é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados. Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica. (Foucault, 1978, p. 16)

Como argumenta Foucault (1978), em sua análise genealógica influenciada por Nietzsche, as relações de poder perpetuam-se ao longo da história, estruturando a dominação e a imposição de valores entre os grupos sociais. Dessa forma, a remoção das crianças

indígenas, levadas para a Europa como objetos de estudo, é um exemplo dessa dinâmica de poder.

Além disso, conforme analisa Costa (2019), doutora em História e pesquisadora em expedições científicas, no artigo “Os ‘meninos índios’ que Spix e Martius levaram a Munique”, esses naturalistas retiraram à força crianças indígenas de suas comunidades, como os jovens miranha e juri, que foram levados para a Europa como “peças vivas” das coleções bávaras. Esse episódio reflete o caráter violento dessas expedições, que, sob o pretexto da ciência, desumanizam os povos indígenas, tratando-os como objetos de estudo e exposição de seus corpos.

Essa prática reflete a visão colonialista da época, que concebia os povos originários como objetos de estudo e exploração. Além disso, o apagamento de Iñe-e, simbolizado pela troca de seu nome para Isabella Miranha, pode ser interpretado como um ato de violência etnocêntrica, no qual os colonizadores impõem uma nova identidade para desumanizar e subjugar-la. Como vemos na versão ficcionalizada por Verunschik: “Para ele [o cientista] não há nome anterior a Isabella Miranha. Para ele, ela não tem história” (Verunschik, 2021, p. 36).

Esse apagamento dialoga com o que Lévi-Strauss (1952), antropólogo francês, discute em *Raça e cultura*, ao abordar o etnocentrismo e a imposição de valores de uma cultura sobre outra, muitas vezes resultando no esquecimento de identidades culturais, no qual uma cultura impõe seus valores sobre o outro, desconsiderando sua autonomia. Segundo o antropólogo, essa imposição não ocorre apenas por meio da força física, mas também por formas simbólicas de violência, como a negação de se colocar no lugar do outro, reconhecendo e respeitando suas culturas.

No contexto da expedição de Spix e Martius, esse processo se manifesta na retirada das crianças indígenas de seus territórios e na tentativa de moldá-las segundo padrões europeus, apagando suas especificidades culturais, como ocorre com Iñe-e. No entanto, esse apagamento não ocorre apenas pela remoção dela de seu território, mas também pela construção de uma narrativa que a enquadra como bárbara e inferior. Lévi-Strauss (1952), em *Raça e cultura*, explica como o etnocentrismo entra em ação ao classificar determinadas sociedades como atrasadas ou primitivas com base em uma visão hierárquica da civilização que, de maneira geral, situa o branco europeu no topo dessa hierarquia. No caso de Iñe-e, sua identidade indígena é negada e, ao mesmo tempo, sua figura é ressignificada sob o olhar europeu, que a reduz a um ser selvagem que precisa ser moldado.

O nome “Iñe-e” carrega a história, a cultura e a espiritualidade de seu povo, representando sua identidade dentro da comunidade indígena. A imposição de um nome

estrangeiro, como “Isabella Miranha”, reflete o processo de colonização como um ato de violência simbólica. O nome não é apenas um identificador, mas um marcador de pertencimento, que carrega significados sociais e espirituais profundamente enraizados na cosmologia indígena. Quando Spix e Martius renomeiam Iñe-e na narrativa, eles não apenas alteram sua identidade individual, mas também a inscrevem dentro de uma lógica colonial que busca apagar sua ancestralidade e assimilá-la à cultura europeia. Verunschik evidencia como essa prática desumaniza os colonizados, reduzindo-os a objetos de estudo. “[...] a menina foi levada para a cidade dos brancos, onde ficou por tantos meses que chegou a pensar que ali seria o seu destino final. Quando começaram os aprontamentos para a nova viagem, não se deu conta” (Verunschik, 2021, p. 39).

Como observado por Costa (2019), doutora em História, no estudo sobre os “meninos índios” levados para Munique, a mudança de nome foi um dos primeiros passos na tentativa de moldar esses jovens indígenas, que também foram personagens históricas, à imagem e semelhança do europeu, desassociando-os de suas origens e transformando-os em objetos de curiosidade científica. Assim, a renomeação de Iñe-e para Isabella não é um gesto inocente, mas sim parte de um projeto colonial de despersonalização e controle, que reflete a violência mais ampla da colonização sobre os povos indígenas.

Essa ideia ganha ainda mais força quando analisamos o registro paroquial de seu sepultamento: “Uma americana/ Izabella do Brasil, 14 anos, morreu no dia 20, às 3h30 da madrugada em consequência de uma infecção crônica generalizada do intestino do abdômen inferior” (Verunschik, 2021, p. 114). O diagnóstico de sua morte é entendido como uma descrição médica desumanizada, que ignora totalmente sua origem, identidade e ancestralidade, com termos clínicos distantes de sua cultura. Além disso, ao nomeá-la como “Izabella do Brasil” e classificá-la como “americana”, o texto evidencia a imposição de nomenclaturas e identidades coloniais sobre Iñe-e, apagando, no registro oficial, seu verdadeiro nome indígena e suas origens culturais. Esse ato de violência simbólica permeia a história dos povos originários, visto que o apagamento se dá não apenas pela morte física, mas também pelo silenciamento cultural e linguístico.

Iñe-e já havia perdido a sua voz antes de ser sepultada por meio da imposição linguística como forma de apagamento cultural, pois o avô de Iñe-e afirmava que “quem não tem a palavra está morto” (Verunschik, 2021, p. 27). Assim, o patriarca destaca que a ausência de expressão, voz ou palavra equivale à perda da identidade e da humanidade, pois quem não possui a “palavra” está vulnerável a essas condições, visto que a perda da língua significa não apenas um silenciamento, mas também um afastamento da herança cultural transmitida

oralmente de geração em geração. A língua dos povos indígenas não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço de preservação da memória coletiva, dos mitos e da visão de mundo de sua comunidade. O desaparecimento da voz de Iñe-e nos documentos reflete essa dinâmica: sem o direito de falar sua própria língua e sem espaço para sua narrativa, sua existência é reduzida a uma nota breve e impessoal, reforçando a violência simbólica imposta aos povos indígenas.

Essa reflexão dialoga com a forma como os textos contemporâneos de autoria indígena resistem ao apagamento cultural, mesclando o idioma do colonizador com elementos da língua nativa como uma tentativa de preservar e reafirmar suas identidades. Graça Graúna, como poetisa indígena, valoriza a palavra como meio de expressão e resistência. Sua poesia, conforme analisa Olivieri-Godet (2017), doutora em Literatura Brasileira, se insere em uma escrita de sobrevivência, na qual a literatura se torna um espaço político para a reapropriação da memória ancestral e a reivindicação de um território simbólico perdido. Embora desconheça o idioma original de sua etnia, em seu livro *Flor da Mata* (2014), Graúna reúne termos, imagens e referências em diálogo refletindo a realidade dos povos originários que foi marcada pelo apagamento linguístico. Dessa forma, a palavra, antes negada e reprimida, torna-se um instrumento de resistência e reinvenção.

A palavra, como símbolo de identidade e resistência, é fundamental na trajetória de Iñe-e. Se, em vida, sua voz foi silenciada pelo processo colonial, após sua morte, sua essência ressurge de outra forma, reafirmando seu pertencimento à ancestralidade. Como foi indicado, o romance então assume uma nova perspectiva, colocando a onça Tipai uu como narradora. Nesse momento, a narrativa explora a profundidade simbólica da transformação de Iñe-e em onça, estabelecendo um vínculo entre o ser encantado, ela e sua ancestralidade. No trecho, a onça declara: “Iñe-e, te digo que tu é onça [...] de tua boca hão de surgir dentes de onça que hão de rasgar a carne e o nervo mais duros” (Verunschik, 2021, p. 122). Essa fala carrega uma força poética que transcende a literalidade, evidenciando como a identidade de Iñe-e é recriada por meio do encantamento.

Ao destacar que a onça reconhece Iñe-e “pelo cheiro, do primeiro berro” (Verunschik, 2021, p. 122), a autora reafirma a conexão primordial entre a personagem e seu território, cultura e origem. Esse processo não é apenas uma transformação física, mas um renascimento espiritual que a capacita a se tornar uma figura de resistência e de revalorização das memórias ancestrais. Além disso, o texto sublinha as “obrigações” que acompanham essa transformação, como ouvir a palavra da coca e entender os segredos da mata. Essa passagem

reflete a importância do conhecimento tradicional e da harmonia com a natureza como pilares de sobrevivência e resistência.

Ainda assim, a conexão de Iñe-e com a onça sugere uma força interior que resiste à tentativa de apagamento. O animal, enquanto símbolo de identidade, representa a memória coletiva de seu povo e a força espiritual que permanece viva mesmo diante da opressão.

Empresta-se para Iñe-e essa voz e essa língua, e mesmo essas letras, todas muito bem-arrumadas, dispostas umas atrás das outras, como um colar de formigas pelo chão, porque agora esse é o único meio disponível. O mais eficiente. E embora ela, essa língua, seja áspera, perfurante, há alguma liberdade sobre como pode ser utilizada, porque houve muito custo em apreendê-la [...]. Ademais, usa-se essa voz e essa língua porque é com ela que se faz possível ferir melhor. É possível envenená-la, zarabatana, como fazem os guerreiros do povo miranha com o curare preparado com o suor e sangue de suas mulheres. (Verunshk, 2021, p. 15).

Ao assumir plenamente sua condição de onça, Iñe-e também assume o papel de guardião da memória, da cultura e do território de seu povo, ressignificando a morte como uma continuidade na luta pela preservação de sua identidade. A morte, nesse contexto, não é um fim, mas uma passagem para a continuidade da luta pela preservação da identidade. No contexto da cosmologia Yanomami e de outras cosmologias indígenas, conforme apresentado em *A queda do céu*, de Davi Kopenawa, xamã, pensador e ativista, e Bruce Albert, antropólogo francês (2015), o processo de transformação em onça pode ser compreendido como parte do xamanismo, que envolve o conhecimento e a prática espirituais que permitem aos xamãs transitar entre diferentes planos da existência. Para os Yanomami, os xapiri, espíritos auxiliares, são fundamentais nesse processo, pois possibilitam a comunicação com o mundo dos encantados e a defesa contra ameaças externas.

Nesse momento da narrativa, a própria onça assume a voz, tornando-se narradora e reafirmando, assim, o papel dos encantados na perpetuação do conhecimento e da resistência indígena. Ao incorporar a figura da onça, Iñe-e não apenas se torna parte da força mística de sua cultura, mas também adquire uma nova perspectiva sobre si mesma e sobre o mundo ao seu redor.

Por que Iñe-e, que era livre, agora tinha donos? Tivesse se tornado onça naquele dia já distante em que a pegaram e a levaram de casa, ali nem estaria. Teria matado a todos. Ela, Tai-tipai uu, assomada e translúcida fera de palavras, rugidos, garras e dentes. Ela, não mais Iñe-e, uma menina jaguar, mataria, sim. Mataria os cientistas que se faziam de donos. Primeiro arrastaria os dois pelo cangote, depois partiria suas colunas a dentes. E, na raiva que sentia, teria matado até mesmo o próprio pai, que a trocara como inimiga junto aos filhos dos inimigos. (Verunshk, 2021, p. 51)

Essa fusão entre humano e encantado enfatiza a interdependência entre identidade e território, mostrando que a onça, enquanto símbolo e presença espiritual, é um

elemento-chave na resiliência frente à violência colonial. No romance *O som do rugido da onça*, Micheliny Verunschck dialoga com essas ideias ao escolher a palavra “desencantamento” para descrever a morte de Iñe-e. Esse termo reforça a dimensão espiritual da narrativa, ao mesmo tempo em que denuncia o processo de colonização.

Além disso, ao utilizar, no início do romance, o termo “taxidermia”¹⁰, para se referir ao destino de Iñe-e, Verunschck aprofunda essa crítica. A taxidermia, que simboliza a tentativa de preservar algo retirando-lhe a vida e transformando-o em um objeto de exposição, reflete a violência da imposição colonial e científica sobre os corpos e culturas indígenas. Assim, a trajetória de Iñe-e revela que abraçar a onça significa reivindicar a própria ancestralidade e resistir ao apagamento imposto por forças externas.

Portanto, a transformação em onça simboliza a passagem do humano para o encantado, reforçando a conexão da menina miranha, com as raízes e os saberes ancestrais. Como afirma o texto, “No entretanto, ninguém que se atreveu a se embrenhar em mata a mó de caçar Tipai uu e Uaara-Iñe-e, porque de um jeito ou de outro sabiam que as duas eram encantadas” (Verunschck, 2021, p. 132). A onça não é apenas uma figura simbólica, mas um sinal do poder espiritual que transcende o corpo e o tempo resistindo ao apagamento.

O rugido da onça, descrito com intensidade e reverberação, é um marco na jornada de Iñe-e, ecoando como um grito de liberdade para os espíritos de seu povo: “Foi aí que a jaguara deu seu rugido, e o som do rugido da onça se multiplicou por tudo que é lado, e ninguém sabia dizer que evento era aquele e de onde tinha vindo aquele atoadado tão cheio de ferocidade rimbombando por todos os cantos” (Verunschck, 2021, p. 152). Esse ato simbólico ressignifica sua luta, libertando não apenas os fantasmas de um passado doloroso, mas também os laços que a prendem às imposições de identidade feitas pelo colonizador.

A subjugação colonial dos povos indígenas se manifesta de diversas formas, sendo a catequização uma das mais recorrentes, pois busca substituir as crenças e cosmologias indígenas pela religião cristã. Esse processo remonta às primeiras interações entre os povos originários e os colonizadores portugueses, como descrito por Pero Vaz de Caminha em sua carta ao rei de Portugal, em que já se mencionava a necessidade de converter os indígenas ao cristianismo. Além disso, missionários como o Padre Antônio Vieira reforçam a visão de que a “salvação” dos indígenas dependia da assimilação da cultura europeia, incluindo a língua, os hábitos e as vestimentas ocidentais.

¹⁰ Segundo o dicionário *Caldas Aulete*, taxidermia é “Arte ou processo de empalhar animais para conservação de suas características; EMPALHAMENTO”. (Caldas Aulete, s/p, s/d).

Iñe-e rejeita os nomes e papéis que lhe foram impostos, reivindicando sua autonomia. “Por certo que fui Iñe-e caída de buritizeiro, roubada, desnomeada, depois Miranha, Isabella, Uaara-Iñe-e. Agora quero mais não, nem roupa nem nome. Nem esse arrazoadado de palavras” (Verunsch, 2021, p. 155). Esse desejo de não ter nome pode ser interpretado como uma rejeição ao processo de aculturação em ser reduzida a uma identidade imposta. Mas, além disso, a recusa ao nome também carrega um significado profundo na cosmologia indígena. Para muitos povos indígenas, morrer é também perder o nome. O antropólogo francês Bruce Albert, no prefácio de *A queda do céu*, afirma que não pronuncia mais o nome do pai de Davi Kopenawa por respeito aos hábitos culturais dos Yanomami. Dessa maneira, a recusa de Iñe-e em aceitar um nome imposto pode ser lida como um gesto de resistência à tentativa de apagamento de sua identidade, visto que, o nome é uma característica própria de cada pessoa, ao mesmo tempo em que ressignifica sua existência ao adotar a forma da onça.

Portando, sua busca é pelo retorno à sua essência e à terra de onde foi retirada: “O que quero, corpo que foi meu, de Iñe-e, Miranha, Isabella, Uaara-Iñe-e. O que quero, corpo que foi meu sendo plantado na beirinha do Uapurá. Corpo meu retornado” (Verunsch, 2021, p. 155). Ao assumir plenamente sua condição de onça, Iñe-e transcende os limites do corpo e do tempo, tornando-se um símbolo de resistência e guardião da memória, da cultura e do território de seu povo. Assim, sua existência não se encerra, mas se transforma, reafirmando sua identidade como um ato de resiliência e continuidade. Permanecendo como espírito da onça, ela ecoa ao modo de ancestralidade, assegurando que a sua história e a de seu povo jamais sejam esquecidas.

4. A jornada da autodescoberta de Josefa: a conexão com Iñe-e

A narrativa de *O som do rugido da onça* (2021) entrelaça a história de Iñe-e à de outra personagem principal: Josefa. O romance evidencia como a identidade e a memória resistem ao apagamento histórico e continuam a reverberar no presente. Como vimos, a menina indígena representa a violência direta da colonização, e Josefa representará as consequências desse apagamento nos dias atuais, seja para o reconhecimento da própria identidade, seja para o meio ambiente como um todo. Além disso, sua trajetória também reflete os impactos do Antropoceno, funcionando, conforme aponta Natália Borges Poleto (2024), como um dispositivo “antropocênico” que propõe novas formas de enxergar o mundo e suas relações. Ambas as personagens compartilham uma experiência de deslocamento e reconstrução, e é por meio dessa conexão que a obra questiona as estruturas que tentam silenciar as vozes

indígenas. Além disso, a narrativa explora como as trajetórias de Iñe-e e Josefa se entrelaçam ao longo da história, aprofundando a compreensão do impacto de suas vivências e do significado de suas experiências.

Antes de começar sua jornada de descobrimento, Josefa nos é apresentada como uma mulher contemporânea em busca de pertencimento. Sua primeira aparição se dá durante uma visita a uma exposição sobre a história do Brasil, em São Paulo. Esse momento marca um divisor de águas em sua trajetória, funcionando como o ponto de partida para o processo de autodescoberta. Diferente de Iñe-e, que teve sua identidade arrancada à força, Josefa cresceu sem um vínculo direto com sua ancestralidade indígena. Desde o início, a ausência de seu sobrenome no romance não se apresenta apenas como um detalhe narrativo, mas como um reflexo do apagamento histórico que marcou e ainda marca muitas populações indígenas no Brasil.

Enquanto autores indígenas contemporâneos, como Daniel Munduruku, Olívio Jecupé, Eliane Potiguara, entre outros, resgatam e reafirmam seus nomes originários ao adotarem como sobrenome o nome do seu povo como forma de resistência e valorização identitária, no romance, Josefa se encontra em um processo de busca e reconstrução de sua própria identidade. Sua trajetória evidencia as marcas deixadas pela colonização e pela tentativa de silenciamento dessas vozes, contrastando com a produção literária indígena atual, que reafirma a importância da memória e da ancestralidade na construção do sujeito.

Sua identidade, fragmentada e indefinida, resulta de um processo de apagamento que reflete a experiência de muitas mulheres indígenas cujas histórias foram silenciadas ao longo dos séculos. Assim, o narrador caracteriza Josefa como “uma mulher que fugiu”, sugerindo sua dificuldade de compreender e lidar com o passado, bem como a complexidade de sua busca por pertencimento. A fuga, no caso de Josefa, adquire um caráter simbólico que transcende a simples ação física: “Em todo lugar do mundo, em qualquer tempo, há uma mulher fugindo”, afirma Verunsch (2021, p. 87-88), destacando a universalidade dessa experiência. O romance demonstra que, quando uma mulher escapa, ela não se distancia apenas de um local, mas de opressões históricas e pessoais que moldam sua trajetória, de um passado incômodo que se manifesta em relações abusivas, visto que Josefa passou por inúmeras experiências em sua vida, desde “o abandono pelo homem que engravidara ainda muito jovem [...] passou pelo parto induzido do pequeno cadáver, as contrações que anunciavam não a luz, mas a morte, totalmente sozinha [...]” Verunsch (2021, p. 99). No entanto, a personagem parece não saber exatamente do que se distanciava – ou escolhe não

saber. Essa ambiguidade reflete o caráter complexo da relação entre identidade, memória e resistência.

A reflexão de Ailton Krenak (1999) em “O eterno retorno do encontro” torna-se fundamental para compreender essa relação. Segundo ele, a identidade indígena está profundamente conectada ao passado, sendo indispensável saber quem se é por meio do reconhecimento das lutas culturais. O autor sugere que o distanciamento das origens leva à perda de reconhecimento e à desconexão com as raízes históricas. Essa ideia, expressa em seu ensaio sobre o “eterno retorno”, enfatiza a relevância de revisitar o passado para garantir um futuro sustentável e se reflete na trajetória de Josefa, que redescobre suas origens por meio da história de Iñe-e. Assim, o romance evidencia como o passado e o presente se entrelaçam na luta por identidade.

Além disso, Márcio Goldman (2015), doutor em Antropologia Social, explora o conceito de “linhas de fuga”, que se refere a uma possibilidade de escapar dos sistemas majoritários de dominação. Esse conceito se encaixa na trajetória de Josefa ao longo da narrativa, na qual essa estratégia sugere uma perspectiva de resistência, por meio da valorização das origens da personagem contemporânea e do fortalecimento de sua própria identidade. Por outro lado, a ausência de um sobrenome que a vincule a uma ancestralidade reconhecível, reflete a influência das estruturas coloniais na diluição das memórias indígenas. No entanto, sua jornada não se restringe a esse apagamento, mas gradualmente assume um caráter de resistência e reconstrução.

Esse conceito é amplificado pela crítica literária Ângela Dias (2022), que descreve o passado como um “painel fragmentário” que reflete a luta por reconhecimento. Segundo Dias, as marcas deixadas pela colonização não se apresentam de forma linear ou uniforme, mas surgem como vestígios dispersos que precisam ser reunidos para a reconstrução da identidade. Sob essa ótica, o romance de Verunschik dá voz às narrativas indígenas frequentemente apagadas, reafirmando a importância dessas histórias no presente.

A opressão física sentida por Josefa reflete o peso de uma memória coletiva que ela desconhece, mas à qual está profundamente conectada. Sem o nome de família e sem o nome do seu povo, o que poderia ter o sentido, na sua história, de apontar uma linhagem reconhecível, Josefa carrega em si uma lacuna deixada pelo distanciamento de suas raízes, cuja história foi silenciada ao longo dos séculos. Dessa forma, tem dificuldade de compreender e lidar com o passado, bem como com a complexidade de sua busca por pertencimento. Em uma passagem na narrativa, a mulher, retornando a suas origens, compartilhou com seu parceiro um relato pessoal da memória familiar:

A minha bisavó materna foi pega a laço, sabia? Tenho um tanto de sangue kaiapó em mim. Mas o fato é que todo mundo tem uma avó pega a laço no Brasil, eu, você, o porteiro lá embaixo. Eu cresci com a outra avó, a mãe do meu pai, que me criou, uma colombiana turrone, que falava dessa minha ascendência sempre que alguma coisa ligada à minha índole lhe parecia maior que a sua capacidade de resolução. Era como se me dissesse que havia em mim uma força rebelde, incapaz de ser domesticada. [...] Então eu achava que uma mulher pega a laço era algo contagioso, e isso era para mim como um grande perigo, sabe?, uma coisa que arrebatava as regras, que eram muitas. Os bons modos que eu aprendia à força, com algumas lágrimas e certa vergonha ao ser repreendida, pareciam diminuir até quase desaparecerem diante da simples referência àquela mulher selvagem. E a casa toda se transformava, insubordinada. (Verunsch, 2021, p. 100)

Como vemos, a trajetória de Josefa é marcada por desafios e perdas que moldam sua relação com o passado. Desde cedo, ela enfrentou o abandono, a solidão e as cicatrizes de uma maternidade interrompida. Sua história familiar também carrega marcas de violência: a bisavó materna foi “pega a laço”, expressão que remete à prática colonial de capturar mulheres indígenas à força. Esse passado, contudo, sempre foi apresentado de maneira distorcida, como se a força da ancestralidade indígena fosse algo selvagem, incontrolável, e não um legado de resistência.

Dessa forma, a expressão “pega a laço”, utilizada por Josefa para descrever a história de sua bisavó materna, carrega uma carga intensa que transcende a brutalidade literal do ato. No romance de Verunsch, essa expressão representa não apenas a violência física sofrida pelas mulheres indígenas durante a colonização, mas também a desumanização de seus corpos e identidades. Essa ideia encontra-se refletida no capítulo “Violência que não define” do livro *De almas e águas kunhãs*, em que a escritora e ativista Márcia Wayna Kambeba (2023) reflete sobre as múltiplas formas de violência sofridas pelas mulheres indígenas.

Segundo Kambeba, também poeta e geógrafa brasileira, a violência colonial contra as mulheres indígenas não se limita ao corpo físico; ela se estende às suas almas e culturas, promovendo um apagamento sistemático de suas identidades. Essa resistência aparece na narrativa de Josefa, a qual reinterpreta a figura da mulher “pega a laço” não apenas como uma vítima, mas como uma força indomável que desafia as regras sociais e culturais impostas. Dessa forma, Kambeba afirma que:

Caminhando pela trilha da memória, precisamos entender que a expressão “pega a laço” é dolorosa, rememora as marcas de um passado machista, cruel pela presença do contato, manchado e marcado pelo sangue do genocídio, do medo e da insegurança, e precisa ser desconstruída e repensada antes de ser trazida para a luz da afirmação de uma ancestralidade. Não podemos romantizar esse ato violento que, na força da tirania, foi parindo nosso país chamado Brasil. A miscigenação que o formou tem esse histórico de estupro e morte. No olhar perdido, na memória de

sofrimento de muitas mulheres indígenas e negras, forçadas a uma vida de desconforto físico e presas a um ambiente que não lhe proporcionava segurança psicológica, afetiva, com seu corpo e mente violentados e seu emocional traumatizado, elas mantinham a esperança de conseguir fugir e voltar para sua aldeia ou quilombo. (Kambebe, 2023, p. 23-24)

A conexão entre o romance de Verunschik e o que afirma Kambebe, portanto, revela uma abordagem complementar sobre como a violência colonial é registrada na memória coletiva e individual. Em ambos os casos, essas narrativas se tornam ferramentas poderosas para reconstruir identidades e desafiar o silenciamento histórico das mulheres indígenas. A expressão “pega a laço” emerge, assim, como um símbolo complexo, que carrega dor, resistência e a capacidade de transformar a violência em força.

O encontro com essa origem oculta acontece de forma inesperada. Na visita a uma exposição sobre a história do Brasil, Josefa se depara com imagens de crianças indígenas (Iñe-e o menino juri) levadas da Amazônia para a Europa no século XIX. Diante das gravuras, sente uma opressão no peito, como se fosse observada por aqueles rostos há muito tempo silenciados. A descrição dessa cena carrega um forte simbolismo: os olhos das crianças indígenas não apenas olham para Josefa, mas a convocam a reconhecer uma identidade que, até então, lhe fora negada. Esse momento é o gatilho para sua busca por respostas:

Ao entrar em uma nova sala, sente, de repente, uma opressão no peito. Nas gravuras, os rostos dos índios parecem todos olhar para ela, como se estivessem vivos, ou melhor, como se fossem fantasmas espantosamente nítidos a perscrutando (Verunschik, 2021, p. 88).

Os rostos indígenas que parecem observá-la representam não apenas os fantasmas do passado, mas também o eco de uma identidade apagada que agora exige reconhecimento. Esse momento não é apenas uma introdução à jornada pessoal de Josefa; é também uma crítica à negação histórica e cultural que permeia as narrativas nacionais, sugerindo um passado que retorna, mas não como uma essência fixa. Dessa forma, sua jornada revela um tempo fragmentado, silenciado e ressignificado por diferentes narrativas históricas. Lembremos que a genealogia foucaultiana rejeita a ideia de que o passado é uma continuidade linear, pois permanece vivo no presente de forma inessencial e imutável, como argumenta Foucault:

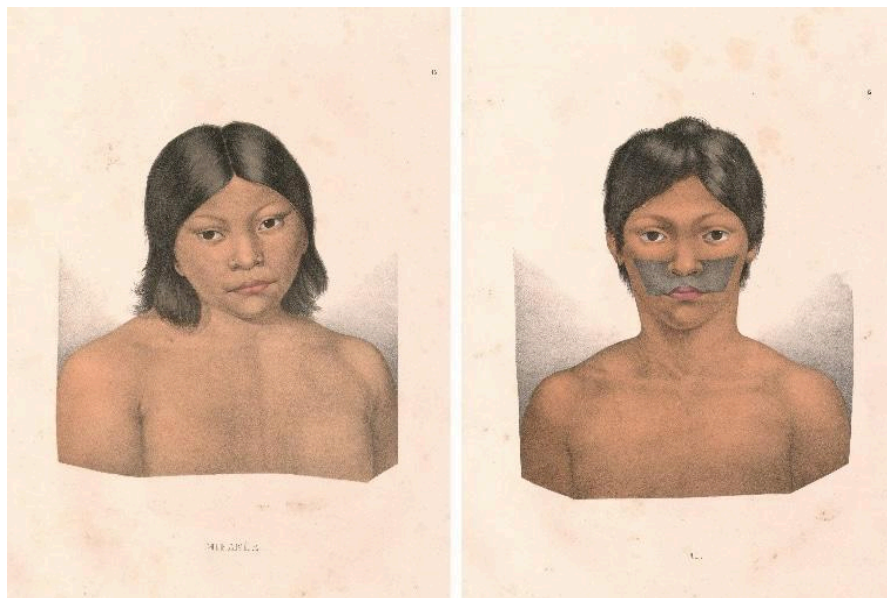
A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. (Foucault, 1979, p. 15).

Assim como o filósofo argumenta que a história não deve ser vista como uma trajetória única e pré-determinada, a identidade indígena no romance não é simplesmente recuperada como algo puro e intacto. Pelo contrário, ela se manifesta por meio de resquícios, apagamentos e disputas, exigindo uma nova leitura crítica sobre as relações entre passado e presente. Dessa maneira, a experiência de Josefa se alinha à perspectiva genealógica foucaultiana, pois evidencia as rupturas e transformações que moldam sua identidade.

Ao ver as imagens da exposição, Josefa lê as informações que acompanham as gravuras, tomadas por um sentimento de incredulidade. As palavras do curador, desprovidas de qualquer adorno ou hesitação em naturalizar a barbárie, a desnorteiam: “Os naturalistas Spix e Martius chegaram a levar do Brasil para a Alemanha o casal de índios representado nestas gravuras (Miranha e Juri, 10 e 11)” (Verunschik, 2021, p. 89). A reação da personagem evidencia a brutalidade da colonização; para ela, essa descoberta não apenas mostra as injustiças do passado, mas também aponta para as estruturas históricas que perpetuam a exclusão e o silenciamento de identidades tanto pela violência física e territorial quanto pelo apagamento histórico e cultural, que tiveram como consequência um processo de etnocídio ainda em curso. Esse momento de incredulidade é fundamental para sua jornada de autodescoberta, funcionando como um ponto de partida para sua reconexão com suas raízes e para a compreensão do peso da história coletiva que carrega.

Portanto, como vimos, Josefa revela sua experiência da exposição com seu parceiro Tomás, em tom de confissão, percebendo a sua proximidade com uma gravura vista ali. Logo após o evento, abriu o *notebook* e digitou na janela de busca as palavras “Miranha Spix Martius”. Em poucos segundos, a imagem da menina indígena surgiu na tela: “o rosto e os olhos levemente agateados” (Verunschik, 2021, p. 99). Esse momento evidencia a ligação emocional de Josefa com o passado representado na gravura; a procura por mais detalhes na internet simboliza um ato de resistência: ao se apropriar da história, ela rejeita o apagamento cultural e assume o controle sobre sua própria narrativa.

Figura 1 – Retrato das crianças indígenas (Isabela Miranha e Juri).



Fonte: Reprodução revista acadêmica *Artelogie* (2019).

O processo de autodescoberta de Josefa não ocorre de maneira linear, mas se constrói a partir do contato com fragmentos de sua história, através do impacto visual da exposição com as imagens das crianças indígenas e durante a viagem a Munique, quando sua inquietação toma a forma de uma investigação consciente por respostas. Assim, a autora reflete sobre o apagamento cultural causado pela colonização, destacando a relação entre luta, sobrevivência e preservação das raízes indígenas conforme esta pesquisa demonstra. A jornada de Josefa, portanto, pode ser vista como um processo de ruptura com o esquecimento imposto, resgatando sua conexão com a ancestralidade e reconfigurando sua identidade em um contexto de resistência.

Ao se conectar com a imagem de Iñe-e, Josefa experimenta um momento transformador que marca o início de sua autodescoberta. Durante a exibição, a face da menina indígena permanece em sua mente como um eco persistente. “[...] procura no rosto que vê refletindo um rosto que não é seu, ou que não é totalmente seu [...]. Ela olha a menina e é seu próprio rosto que vê. Josefa sente um aperto no peito” (Verunsch, 2021, p. 109). Essa passagem ilustra como a gravura funciona como um espelho simbólico, no qual Josefa, diante do “reflexo”, confirma elementos de si mesma que até então foram ignorados.

O percurso em direção à própria identidade é atravessado por dúvidas, angústias e pela necessidade de reconstruir laços perdidos no tempo. Josefa percebe que o passado de sua avó materna, antes visto como algo distante e desconectado, agora se apresenta como um legado que precisa ser compreendido. Expressa o desejo de “regressar a Belém, rever a avó,

conversar com ela sobre aquela difícil infância” (Verunsch, 2021, p. 110), demonstra sua vontade de reconstruir uma narrativa familiar e entender por que o apagamento da herança indígena foi tão eficaz. A busca de Josefa é uma tentativa de reconciliar o passado e o presente, de preencher lacunas deixadas pelo silêncio intergeracional.

A decisão impulsiva de comprar uma passagem e viajar para Munique, cidade onde os corpos das crianças foram levados e preservados como relíquias científicas, é um marco nessa jornada. Esse deslocamento, mais do que geográfico, representa uma travessia simbólica rumo à compreensão de sua ancestralidade, ou seja, um desdobramento desse momento de autodescoberta. Na madrugada, entre pensamentos sobre a gravura e a ideia de estudar a história das crianças representadas, Josefa segue esse impulso: “Não sabe exatamente que vestígios segue, ou o que pretende de fato em uma viagem ao revés do turismo” (Verunsch, 2021, p. 110-111). Esse movimento em direção ao desconhecido simboliza a força do chamado ancestral, que, embora indefinido, é irresistível.

No museu de Munique, Josefa se encontra diante da placa mortuária das crianças indígenas. Ali, ela percebe o peso do apagamento histórico: os corpos foram retrabalhados sob uma ótica europeia, distantes de sua verdadeira identidade. A gravura que ela adquire, representando a menina miranha e o menino juri, torna-se um espelho no qual Josefa mais uma vez se vê refletida. Mais uma vez, ela reconhece aqueles rostos que agora não são apenas figuras do passado, mas parte de sua própria história:

No Museu de Munique, Josefa se deixa ficar longa e silenciosamente diante da placa mortuária das crianças roubadas de seu país. Não reconhece aqueles corpos gregos com que foram representados, mas respeita o fato de que aquelas também são as crianças, vistas de outro modo, sob uma perspectiva romântica, atenuadora do horror que devem ter vivido. [...] Sentada em um banco do jardim da corte no palácio conhecido como Residenz, Josefa aprecia a gravura que acabou por comprar da menina miranha e do menino juri. Seus rostos, que ela mira através do plástico transparente da embalagem, parecem reconhecê-la. Mas ela sabe que é exatamente o contrário. Que é ela que os adota, que é ela que neles se reconhece. E sente como se, de fato, estivesse em uma reunião familiar. Uma emoção nova toma seu espírito, e não haveria palavras que pudessem explicar o que sente naquele momento. (Verunsch, 2021, p. 113-115)

Figura 2 – Ilustração da tumba mortuária das crianças indígenas.



Fonte: Reprodução revista acadêmica *Artelogie* (2019).

Assim, a narrativa evidencia como o encontro com o rosto de Iñe-e funciona como um incidente para a jornada de Josefa. A imagem desperta nela a necessidade de reconexão com suas raízes e, ao mesmo tempo, de enfrentar as questões que envolvem o apagamento de sua herança indígena. A decisão de viajar para Munique reforça a ideia de que a busca pela identidade é tanto interna quanto externa, guiada por um chamado ancestral que transcende barreiras geográficas e temporais.

O romance de Verunschik conecta a jornada pessoal de Josefa a questões contemporâneas de injustiça social e violência estrutural. O assassinato de Marielle Franco¹¹, uma vereadora negra e ativista dos direitos humanos no Rio de Janeiro, é mencionado como um evento que atinge a personagem de forma profunda. Ao receber a notícia em sua viagem a Munique, se sente “à deriva no mundo” e reage com um desabafo emocional, evidenciado por lágrimas e por um sentimento de desconexão. Essa cena vai além da comoção individual: representa o encontro entre a jornada íntima de Josefa e as lutas coletivas das mulheres negras e indígenas no Brasil contemporâneo:

¹¹ Marielle Franco é um símbolo de resistência contra a opressão, assim como Josefa busca resistir ao apagamento de sua identidade indígena. Verunschik foi necessária ao noticiar sua execução dentro do romance, mesmo em mencionar seu nome, marca um momento de interrupção na narrativa, chamando a atenção para as violências estruturais no contexto atual, que continuam a silenciar vozes marginalizadas. Essa conexão entre a experiência pessoal e a realidade política reflete o impacto das histórias coletivas na construção de identidades individuais, tema central no romance.

[...] já no hotel, respira fundo pensando em qual será a primeira coisa a fazer naquela estadia, uma mensagem de Tomás brilha na tela do celular. Pensa em ignorar, mas a sequência de avisos a incomoda. Quando finalmente acessa a mensagem, descobre que na noite de sua viagem executaram uma vereadora negra, ativista, no Rio de Janeiro e que o país convulsiona. Josefa desaba na cama do hotel se sentindo à deriva no mundo. Chora e parece que vai dormir. (Verunschik, 2021, p. 111)

Portanto, a cena em que Josefa desaba na cama, chorando, é também um momento de reflexão sobre a fragilidade e a força das mulheres que resistem. Assim como a gravura de Iñe-e funcionou como um incentivo para sua busca por identidade, a notícia da execução de Marielle Franco reforça o senso de urgência em sua jornada, mostrando que a violência contra corpos e vozes marginalizadas permanece presente na realidade.

Quando Josefa, abalada com a notícia do assassinato da vereadora carioca, escuta o ronco que parece um trovão, ela é remetida a uma realidade de destruição e violência que atravessa os tempos. Esse “ronco” pode ser interpretado como o eco da dizimação dos povos indígenas e da exploração predatória do caucho¹², que resultou na perda dos recursos naturais da Amazônia. Como observa Evando Nascimento (2024), os oprimidos (negros, indígenas, mulheres) são os aliados das plantas e das florestas. Nesse contexto, Josefa, ao se dar conta desse ciclo de violência, percebe que a história dessa destruição e o trabalho pela preservação da terra e das culturas originárias continua no presente.

Dessa forma, a percepção de Josefa sobre a destruição dos povos indígenas se intensifica sob o impacto desse confronto com a realidade, que mostra que a violência vivida pela menina miranha no século XIX ainda se repete, agora sob novas formas, e é similar à violência contra a população negra, evidenciada na menção a Marielle Franco e aos versos de “O navio negreiro” (1868), do poeta brasileiro Castro Alves. Essa conexão entre negros e indígenas não é gratuita, pois, como bem pontua Krenak (2019), indígenas e quilombolas são arrancados de suas terras por um sistema que os considera uma “sub-humanidade”, deslocando-os de sua relação ancestral com o meio. Diante dessas sobreposições de violências, Josefa passa a enxergar a continuidade histórica dessas opressões e a perceber que o ativismo dos povos indígenas e a preservação da floresta são batalhas interligadas e urgentes.

Ao explorar a trajetória da protagonista, impactada pelo encontro com a imagem da menina miranha e com as violências do presente, como a sofrida por Marielle Franco e pelos indígenas, conforme noticiado pelas manchetes transcritas no romance, a narrativa revela uma

¹² Segundo o dicionário *Caldas Aulete*, caucho é “Árvore (*Castilloa ulei*), com madeira própria para pasta de papel, e cujo látex é us. para fabricar borracha” (Caldas Aulete, s/p, s/d).

investigação constante de autoconhecimento, resistência e reconexão com suas origens. Ao longo do enredo, ela reconhece que seu empenho não é por perfeição, mas por autenticidade:

Sabe que é apenas uma mulher que pretende se manter de pé por si mesma, e naquele momento acha que isso é muito. Uma mulher que se descobre ou que se inventa em conexão com as múltiplas identidades que agregou ao longo da vida. Um caminho imperfeito que, no entanto, é só seu (Verunsch, 2021, p. 115-116).

Essa reflexão colabora para a essência de Josefa como uma mulher que, ao se confrontar com as complexidades de sua identidade, encontra força nas suas imperfeições e na multiplicidade de histórias que carrega. Sua jornada é tanto pessoal quanto coletiva, pois dialoga com a memória ancestral que permeia o romance. O rugido da onça, descrito com intensidade e reverberação, é um marco tanto na jornada de Iñe-e como de autodescoberta de Josefa, ou seja, é um diálogo com o passado simbolizado pelo rugido de Uaara-Iñe-e, que ressoa na vida de Josefa. Essa conexão entre as protagonistas se fortalece no desfecho da narrativa. O rugido da onça, símbolo da resistência indígena, ressoa através do tempo, alcançando Josefa de maneira quase imperceptível:

[...] E ainda tão alto e grandioso fora o rugir dela que distendeu mesmo a linha do tempo e foi ouvido por uma moça, naquele mesmo jardim, muitos anos depois. Josefa, era seu nome, que à falta de melhor conhecimento, acreditou se tratar de um trovão o que era o rugido de Uaara-Iñe-e (Verunsch, 2021, p. 152).

Esse rugido, confundido com um trovão, reflete a conexão invisível, mas poderosa, entre Josefa e suas raízes. É o chamado ancestral que guia sua jornada, mesmo que inicialmente ela não o compreenda plenamente. Dessa forma, a história de Josefa encerra-se como um exemplo de resistência e transformação. Seu trabalho para se “manter de pé” é fortalecido pela força de mulheres como a que se tornaria a menina Uaara-Iñe-e, cuja coragem e voz continuam a ecoar através do tempo, inspirando novas gerações a resgatar suas histórias e a reivindicar suas identidades. Josefa, ao ouvir e responder a esse chamado, reconstrói sua própria narrativa e reafirma a importância de honrar tanto o passado quanto às escolhas individuais do presente.

Considerações finais

Este trabalho explorou a literatura como um espaço de resistência e resgate cultural, com foco no romance *O som do rugido da onça* (2021), de Micheline Verunsch. A investigação centrou-se especialmente na personagem Iñe-e, na sua relação simbólica com a

onça e na jornada de autodescoberta de Josefa, que se reconectou às suas raízes ancestrais. A narrativa de Verunschik destaca a importância das histórias como vínculos de memória coletiva, que não apenas denuncia a marginalização dos povos indígenas, mas evidencia o processo contínuo de genocídio, seja por meio da violência direta, seja por meio da negação de direitos fundamentais, do apagamento histórico e da expropriação territorial.

A personagem de Iñe-e, que ainda criança se ligou profundamente à onça grande Tipai uu em sua aldeia, emerge como um símbolo de força, instinto e conexão com a terra. Sua transformação em Uaara-Iñe-e representa a ligação entre o humano e o animal, entre o indivíduo e a coletividade, evidenciando a cosmologia indígena que vê o mundo como uma rede interligada de seres. Essa identidade transcende o tempo, ecoando na trajetória de Josefa, mesmo que, inicialmente, essa personagem não compreenda o significado da imagem na exposição, a qual lhe desperta algo tão profundo como um chamado ancestral. Da mesma forma, acontece com o rugido da onça, ouvido por Josefa, que consolida a aproximação entre as duas personagens.

Por outro lado, Josefa, se remete à luta contemporânea pela reconexão com as origens e à recuperação de uma identidade fragmentada, dado o seu hibridismo étnico e a ausência de um sobrenome que esclareça as suas origens. Sua jornada de autodescoberta reflete os desafios recorrentes no Brasil e no mundo, pois, embora o passado indígena não tenha sido totalmente apagado, foi profundamente marginalizado, principalmente em decorrência da violência colonial. O chamado ancestral que Josefa percebe através das imagens na exposição, mesmo sem compreendê-lo plenamente, evidencia como a memória coletiva habita cada indivíduo, guiando-o em momentos de crise e transformação.

A relação entre as personagens, mesmo que sutil, reforça a ideia de continuidade histórica e cultural. A força de Iñe-e, simbolizada pelo rugido que ultrapassa gerações, é um lembrete da resistência dos povos indígenas diante das violências coloniais e contemporâneas. Essa continuidade se manifesta de diversas formas, seja por meio das brutalidades que enfrentam, seja por meio da invasão de terras, da destruição ambiental e do desprezo pelas suas culturas. O reconhecimento e a valorização desse passado são essenciais para a compreensão das grandes transformações no processo de desenvolvimento do país, reverberando no presente como um rugido:

O rugido ecoando nas paredes, nos espelhos, nas pedras, no rio, na outra cidade que existe dentro do rio. E foi deveras um berro tão alto, que foi capaz de romper linha por linha as amarras que prendiam os fantasmas do seu povo àquele lugar, os espíritos das crianças que foram roubadas de sua terra se desprendendo da cidade e

se ajuntando um a um na igara do céu, seus imensos olhos a luzir muito alegrinhos. (Verunschik, 2021, p. 152, grifo nosso).

Esse rugido representa a voz calada dos povos indígenas que, ao ser recuperada, liberta-se do passado de violência e opressão. Como vimos, Iñe-e quando levada para a Europa, longe de sua cultura, foi impedida de expressar sua força, seu idioma e sua identidade. Esse contexto, representa a maneira como os povos indígenas tiveram suas histórias tomadas pelo apagamento de suas vozes ao longo do tempo, por meio do sistema colonial.

A conexão de Josefa e Iñe-e reforça de como a literatura pode servir como um espaço de reflexão sobre identidade, pertencimento e o impacto das narrativas históricas passadas na construção do presente. Através da jornada de Josefa, que busca reconectar-se com suas raízes e entender sua identidade indígena, a obra revela como essas narrativas históricas influenciam a forma como os indivíduos percebem seu pertencimento e suas origens.

Da mesma forma, a literatura, ao trazer à tona a experiência de Iñe-e e ao explorar o processo de ressignificação dessa identidade, nos permite refletir sobre as consequências do apagamento histórico e cultural dos povos originários, assim como sobre as possibilidades de reconstrução de uma identidade coletiva e pessoal.

Por fim, esta análise reafirma a relevância de produções literárias que dialogam com a ancestralidade e com as questões indígenas como ferramentas para desconstruir narrativas coloniais e dar visibilidade às histórias e vozes que foram silenciadas. A obra de Verunschik, ao articular as questões do passado histórico com as problemáticas contemporâneas, oferece uma rica oportunidade de discutir identidade, memória e resistência. O resgate das raízes culturais, abordado na narrativa, é um processo fundamental para a compreensão do presente, pois também dialoga com questões atuais (como a reverberação das violências sofridas por povos indígenas e negros), refletindo sobre a relevância dessas experiências ancestrais na formação das identidades contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências gerais

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. *A queda do céu*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CAUCHO. *Caldas Aulete Digital*. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/caucho>. Acesso em: 10 mar. 2025.

COSTA, Maria de Fátima. “Os 'meninos índios' que Spix e Martius levaram a Munique”. *Artelogie*, n. 14, Paris, 2019. Disponível em: *Literatura, artes e patrimônio na América Latina*.

COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo (Org.). *Spix e Martius: Relatórios ao Rei*. Rio de Janeiro: Capivara, 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais*. *Iberic@* 1, n. 2, Paris, p. 13-18, 2012.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GOLDMAN, Márcio. “Quinhentos anos de contato”: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. *Maná*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 641-659, 2015.

GRAÚNA, Graça. *Flor da mata*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *De almas e águas kunhãs*. São Paulo: Jandaíra, 2003.

KARADIMAS, Dimitri. A morte entre o povo Miranha. In: GODELIER, Maurice (Org.). *Sobre a morte: invariantes culturais e práticas sociais*. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. São Paulo: Edições Sesc, 2017. p. 224-309.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23-31.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e cultura*. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MIRANHA. *Povos Indígenas no Brasil*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Miranha>. Acesso em: 28 mar. 2025.

NASCIMENTO, Evando. Floresta é o mundo: o pensamento vegetal. VIANNA, H. et al. *Ensaio Flip: plantas e literatura*. Paraty: Ministério do Turismo/Associação Casa Azul, p. 83-102, 2021.

POLESSO, Natália Borges. A literatura como dispositivo antropocênico: considerações sobre o processo criativo em *Corpos Secos, A Extinção das Abelhas e Perfeita Tecnologia*, de Natalia Borges Polesso. *Abusões*, Florianópolis, n. 24, 2024.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. Representações do indígena na literatura brasileira. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 257-294.

TAXIDERMIA. *Caldas Aulete Digital*. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/taxidermia>. Acesso em: 21 fev. 2025.

THIÉL, Janice Cristine. *Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

VIEIRA, Antônio. *Sermão do Espírito Santo*. 1657. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=149176> Acesso em: 4 fev. 2025.

Referências sobre a autora e da autora.

BESS, Giana Antunes. *O som do rugido da onça: reescrever a história pelo encantamento do mundo. Literatura e Autoritarismo*, Goiânia, n. 43, pág. e86746-e86746, 2024.

DIAS, Ângela Maria. A história pelo retrovisor: o legado da espoliação e a onça mítica em *O som do rugido da onça* de Micheliny Verunschck. *Alea: Estudos Neolatinos*, Curitiba, v. 3, p. 121-136, 2022.

FREITAS, Renata Dal Sasso. Corpos, tempo, literatura e história em *O som do rugido da onça* (2021) de Micheliny Verunschck e *Huaco retrato* (2022) de Gabriela Wiener. *Revista História, Histórias*, Goiânia, v. 23, p. 1-26, jan./mar. 2024.

MACHADO, Ricardo. *Do ventre da árvore do mundo vem “O som do rugido da onça”*. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/624281-do-ventre-da-arvore-do-mundo-vem-o-som-do-rugido-da-onca>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SANTOS, Josalba Fabiana dos. A minha maloca: uma leitura autoetnográfica de *O som do rugido da onça*. *Revista Fórum Identidades*, Itabaiana-SE, v. 2, p. 11–26, 2024.

TORRE, Michelle Márcia Cobra. *O som do rugido da onça*. *Aletria*, Belo Horizonte, v. 3, p. 231-234, 2021.

VERUNSCHK, Micheliny. *Caminhando com os mortos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

VERUNSCHK, Micheliny. Entrevista concedida ao canal Arte1, *Novo livro de Micheliny Verunschck*. Disponível em: <https://youtu.be/-dtOVga-3xA>. Acesso em: 5 fev. 2025.

VERUNSCHK, Micheliny. *Geografia íntima do deserto: e outras paisagens reunidas*. São Paulo: Landy, 2003.

VERUNSCHK, Micheliny. *Nossa Teresa: vida e morte de uma santa suicida*. São Paulo: Patuá, 2014.

VERUNSCHK, Micheliny. *O som do rugido da onça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.